



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO  
ESTADO DA BAHIA

LEI Nº 841

DE 14 DE JULHO DE 1998

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES  
ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE  
1999 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO AFONSO, Estado da Bahia, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Estabelece as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 1999, compreendendo:

- I - as prioridades e metas da Administração Pública Municipal;
- II - as diretrizes, orientações e critérios para a elaboração da Lei Orçamentária Anual;
- III - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- IV - as disposições sobre alterações na legislação tributária Municipal e medidas para incremento da receita;
- V - as despesas de capital e programação para o exercício.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - Constituem prioridades básicas da Administração Pública Municipal a serem contempladas na sua programação orçamentária anual;

- I - o desenvolvimento de uma política social voltada a elevação da qualidade de vida da população do Município especialmente dos seus segmentos mais carentes, e a redução da desigualdades e disparidades sociais, enfatizando:
  - a) ampliação, reforma e modernização da estrutura educacional visando a melhoria da qualidade do ensino; a qualificação dos profissionais de ensino e o combate ao analfabetismo.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO ESTADO DA BAHIA

- b) promoção de saúde como condição imprescindível da qualidade de vida da população;
  - c) ampliação e modernização do sistema de saneamento como instrumento de promoção de saúde e da preservação do meio ambiente,
  - d) promoção social e do trabalho, especialmente para os segmentos mais carentes da população, apoio ao desenvolvimento artístico-cultural e estímulo a cultura preservando os valores culturais populares.
  - e) defesa da cidadania, especialmente na defesa dos direitos humanos e no combate a violência urbana e rural;
  - f) assistência à criança e ao adolescente, especialmente aqueles em risco social, com a criação de postos assistenciais no distrito e interior do Município.
  - g) redução dos déficits habitacionais de apoio e programas de habitação popular;
  - h) realização de programas que concorram para ampliação da oferta de emprego e renda à população;
- II - a ampliação e modernização da infra-estrutura econômica, reestruturação e modernização da base produtiva do Município, com destaque para:
- a) desenvolvimento e crescimento da economia do Município identificando segmentos com a capacidade de integração no mercado regional e estadual;
  - b) promoção da melhoria das condições básicas para o desenvolvimento da economia dos diversos setores com efetiva dinamização, aproveitamento e otimização das potencialidades do Município,
  - c) a racionalização, ampliação e proteção dos recursos naturais disponíveis;
  - d) a dinamização do comércio, da agroindústria, a diversificação do turismo e o fortalecimento das pequenas e micro-empresas.
- III - a promoção do desenvolvimento voltado à consolidação e ampliação da capacidade produtiva e à conciliação entre a eficiência econômica e a conservação;
- IV - o desenvolvimento de uma política ambiental centrada na utilização racional dos recursos naturais regionais, e a garantia da qualidade;
- V - o desenvolvimento institucional mediante a modernização, reorganização da Estrutura Administrativa e o fortalecimento das instituições públicas municipais com vistas à melhoria da prestação dos serviços públicos;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO ESTADO DA BAHIA

V - o desenvolvimento institucional mediante a modernização, reorganização da Estrutura Administrativa e o fortalecimento das instituições públicas municipais com vistas à melhoria da prestação dos serviços públicos;

VI - o desenvolvimento de programas estratégicos visando a recuperação das áreas onde predominam lavouras tradicionais

### CAPÍTULO III

#### DAS DIRETRIZES, ORIENTAÇÕES E CRITÉRIOS PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

##### Seção I

##### Das Diretrizes Gerais

Art. 3º - A lei Orçamentária anual, obedecerá aos princípios da unidade, universalidade e anualidade e estimará a receita e fixará a despesa a preços de julho de 1998.

Art. 4º - As modificações à lei orçamentária anual serão feitas através de créditos adicionais, conforme o previsto na Constituição Federal nos artigos 165, parágrafo 8º e 167 inciso V e o estabelecido nos artigos 41 a 46 da Lei 4.320 de 17/03/1964.

Parágrafo Único - Consideram-se também modificações à lei orçamentária anual as transposições, os remanejamentos ou as transferências de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro na forma do artigo 167, inciso VI da Constituição Federal.

Art. 5º - Para fins desta lei conceituam-se:

I - categoria de programação - os projetos e as atividades alocados a lei orçamentária anual, bem como os criados através dos créditos especiais e extraordinários;

II - órgão - a unidade administrativa constituída do agrupamento de todos os serviços subordinados à mesma repartição a que serão consignadas dotações próprias, na lei orçamentária anual;

III - transposição - o deslocamento de uma categoria de programação de um órgão para outro, pelo total ou saldo;

IV - remanejamento - a mudança de dotações de uma categoria de programação para outra no mesmo órgão;

V - transferência - o deslocamento de recursos da reserva de contingência para uma categoria de programação de uma função de governo para outra, ou de um órgão para outro.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO  
ESTADO DA BAHIA

Art. 6º - A proposta orçamentária que o Poder Executivo encaminhará até dia 30 de setembro do corrente exercício, será composto de:

- I - mensagem ao Legislativo Municipal;
- II - projeto da lei orçamentária anual;
- III - os quadros de detalhamento das despesas;
- IV - os anexos da Lei 4.320/64;
- a) anexo 1 - demonstrativo da receita e despesa segundo as categorias econômicas;
- b) - anexo 2 - receita e despesa segundo as categorias econômicas;
- c) anexo 6 - demonstrativo dos programas de trabalho;
- d) anexo 7 - programa de trabalho de governo, demonstrativo de funções, programas e sub-programas por projetos e atividades;
- e) - anexo 9 - demonstrativo da despesa por órgão e funções de governo.

Art. 7º - A despesa será detalhada de acordo com o estabelecido nas Portarias nº 35 de 01/08/89 e nº 05 de 01/10/1992 da SOF/SEPLAN, indicando para cada uma:

- I - a categoria econômica;
- II - o grupo de despesa;
- III - a modalidade de aplicação;
- IV - o elemento de despesa.

Art. 8º - As despesas serão fixadas segundo os compromissos sociais, financeiros, econômicos, aquisições de bens e serviços e execução de obras no Município.

§ 1º - Na fixação das despesas serão observados prioritariamente os gastos com:

- I - pessoal e encargos sociais;
- II - serviços da dívida pública municipal;
- III - contrapartida de convênios e financiamentos;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO ESTADO DA BAHIA

§ 2º - Os recursos ordinários do Tesouro Municipal serão, prioritariamente alocados, para atender às despesas com pessoal e encargos sociais, nos limites previstos na Lei Complementar nº 82 de 27 de março de 1995, e serviços da dívida, somente podendo ser programados para outros custeios administrativos e despesas de capital, após o atendimento integral dos aludidos gastos.

§ 3º - As atividades de manutenção básica terão preferência sobre as atividades que visem a sua expansão.

§ 4º - Os projetos em execução prevalecerão sobre os novos projetos.

Art. 9º - A discriminação da receita será de acordo com o estabelecido na Portaria nº 472 de 21/07/1993 da SOF/SEPLAN, atualizada pela Portaria nº 03 de 05.08.94.

Art. 10 - A receita municipal será constituída da seguinte forma:

I - dos tributos de sua competência;

II - das transferências constitucionais;

III - das atividades econômicas que por conveniência o Município venha a executar;

IV - dos convênios firmados com órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual ou de outros Municípios ou com Entidades e Instituições Privadas Nacionais e Internacionais;

V - das oriundas de serviços executados pelo Município;

VI - das cobranças da dívida ativa;

VII - das oriundas de empréstimos e financiamentos devidamente autorizados pelo Poder Legislativo;

VIII - recursos para o financiamento da Educação, definida pela legislação vigente, Leis 9394/96 e 9424/96.

X - outras rendas.

Art. 11 - A Lei Orçamentária Anual conterá a previsão da receita e fixação da despesa para convênios, na forma determinada em legislação federal e estadual.

Parágrafo Único - A programação da despesa especificará o programa especial do trabalho, custeado por dotações globais, com base no § único do artigo 20 e inciso IV do art. 22 da Lei nº 4.320/64.

### SEÇÃO II



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO ESTADO DA BAHIA

### SEÇÃO II

#### DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Art. 12 - O orçamento fiscal compreenderá todas as receitas e todas as despesas, referentes ao Poder Executivo e Poder Legislativo, seus órgãos e entidades da administração direta e indireta e dos fundos legalmente constituídos.

Art. 13 - O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo até o dia 30 de agosto a sua proposta parcial, para a consolidação do projeto de lei orçamentária a ser enviado a Câmara Municipal.

Art. 14 - O orçamento da seguridade social abrangerá todos os órgãos e entidades, que pratiquem ações de saúde, previdência e assistência social e os fundos legalmente constituídos.

Art. 15 - As receitas do orçamento da seguridade social serão as transferidas do orçamento fiscal e outras que lhes são destinadas, na forma da lei específica.

Art. 16 - As despesas do orçamento da seguridade social serão as constantes do quadro de detalhamento de despesa dos órgãos e entidades de saúde, previdência social e assistência social.

### CAPÍTULO IV

#### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS AS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 17 - As despesas com pessoal ativo, inativo e pensionistas não poderão ultrapassar a 60% (sessenta por cento) do total das receitas correntes, conforme legislação em vigor, Lei Complementar nº 82 de 27 de março de 1995.

Art. 18 - Só poderá haver aumento de despesas de pessoal com dotação específica e saldo para atendê-la nos seguintes casos:

I - aumento de remuneração;

II - criação de cargos;

III - alteração da estrutura de carreira;

IV - admissão de pessoal, através de concurso público;

V - admissão de pessoal por excepcional interesse público na forma do art. 37, inciso IX da Constituição Federal.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO ESTADO DA BAHIA

Parágrafo Único - na inexistência de dotação e saldo para atender as despesas previstas neste artigo, a autorização para abertura de créditos adicionais poderá constar da própria lei que altera a política de pessoal.

### CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA E MEDIDAS PARA O INCREMENTO DA RECEITA

Art. 19 - O Município atualizará a sua legislação tributária, em caso de necessidade, adequando as normas federais e estaduais.

Art. 20 - Na atualização de sua legislação tributária, implicará a revisão e regulamentação do Código Tributário Municipal.

Art. 21 - As alterações previstas nos artigos anteriores, implicarão na modernização da máquina fazendária com o objetivo de aumentar a arrecadação própria, a produtividade e evitar a sonegação fiscal.

Parágrafo Único - Os esforços previstos no artigo anterior se estenderão a administração e a cobrança da dívida..

### CAPÍTULO VI DAS DESPESAS DE CAPITAL, PROGRAMAÇÃO E METAS PARA O EXERCÍCIO DE 1998

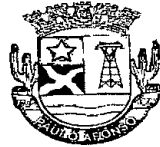
Art. 22 - A programação para o exercício de 1999, referente as despesas de capital são as metas detalhadas no anexo único desta lei

Parágrafo Único - As metas previstas nesta lei, serão incorporados obrigatoriamente no Plano Plurianual aprovadas pela Lei nº 815/97.

Art. 23 - Poderá a programação geral para o exercício de 1999 ser alterada, observados prioritariamente o disposto no artigo 8º desta lei, para a adequação às novas necessidades que não foram contempladas no Plano Plurianual.

### CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 24 - Caso a lei orçamentária anual não seja aprovada e sancionada até 31/12/1998, fica o Poder Executivo autorizado a executar a razão de 1/12 (um doze avos) da proposta orçamentária das seguintes despesas:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO  
ESTADO DA BAHIA**

I - pessoal e encargos;

II - serviços da dívida;

III - despesas decorrentes da manutenção básica dos serviços municipais e ações prioritárias a serem prestadas à sociedade;

IV - investimentos em continuação de obras de saúde, educação, saneamento básico e serviços essenciais.

V - contrapartida de Convênios Especiais.

Parágrafo Único - Ficam excluídas da limitação prevista no caput deste artigo, as despesas de convênios e financiamentos que obedeçam a uma execução fixada em instrumento próprio.

Art. 25 - Poderá a lei orçamentária anual a ser atualizada durante a sua execução para adequá-la a conjuntura econômica e financeira, com base em índices oficiais.

Art. 26 - O Poder Executivo fica autorizado a firmar convênios necessários ao cumprimento da lei orçamentária anual com órgãos e entidades da administração pública, federal, estadual, de outros Municípios e entidades privadas, nacionais e internacionais.

Art. 27 - Após a sanção da lei orçamentária anual, o Poder Executivo publicará um quadro de programação financeira para a execução dos projetos e atividades de acordo com as prioridades e os recursos financeiros disponíveis para cada trimestre fiscal, conforme estabelecido nos artigos 47 a 50 da Lei 4.320/64.

Art. 28 - As transferências de recursos financeiros para o Poder Legislativo serão feitas até o dia 20 de cada mês, considerando-se o percentual das despesas do poder em relação ao orçamento total do Município e aplicando-se este percentual sobre as seguintes receitas:

I - diretamente arrecadas dos tributos municipais;

II - decorrentes das transferências constitucionais, da União e do Estado, oriunda de tributos;

III - decorrentes de aplicação financeira oriundas dos incisos I e II, deste Artigo.

IV - demais receitas arrecadadas pelo Município, que não tenham vinculação ou aplicação específica..

Parágrafo Único - Para efeito das transferências ao Poder Legislativo, excluem-se as receitas de convênios, operações de crédito e royalties.



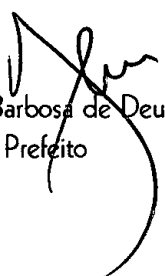


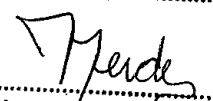
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO  
ESTADO DA BAHIA

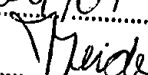
Art. 29 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até o dia 31 de dezembro de 1999.

Art. 30 - Revogam-se as disposições em contrário.

Paulo Afonso, 14 de abril de 1998.

  
Paulo Barbosa de Deus  
Prefeito

emitido nesta data, mediante  
distribuição de cópias na portaria  
da PREFEITURA.  
Em: 14/07/1998  
  
Ass. Adm.

Registrado às Fls. 0425, 26, 27  
28, 29, 30V Livro Nº 11/97  
Nesta Data.  
Em: 24/07/1998  
  
Ass. Adm.

Mjvb/.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO**  
**ESTADO DA BAHIA**

DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 1999  
LDO -1999.

<u>ITEM</u>	<u>PROGAMAÇÃO/METAS</u>
01	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE POÇOS, AÇUDES E BARRAGENS COMUNITÁRIAS.
02	DESAPROPRIAÇÃO DE TERRAS PARA IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO E PISCICULTURA
03	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO E PISCICULTURA.
04	PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS COMUNITÁRIOS.
05	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, PARA APOIO ÀS COMUNIDADES CARENTES.
06	CONSTRUÇÃO DE CASA DE FARINHA
07	CONSTRUÇÃO DO MERCADO PRODUTOR.
08	CONSTRUÇÃO DE SILOS E ARMAZENS COMUNITÁRIOS.
09	IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA PARA MINI-DISTRITOS INDUSTRIAIS..
10	CONSTRUÇÃO DE QUADRAS POLIESPORTIVAS, ANEXAS ÀS ESCOLAS MUNICIPAIS.
11	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA DE UNIDADES ESCOLARES..
12	REFORMA DE CASA PARA ESTUDANTES CARENTES DO MUNICÍPIO..
13	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE CRECHES MUNICIPAIS..
14	CRIAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA DE MÚSICA
15	AMPLIAÇÃO, REEQUIPAMENTO DO CENTRO DE CULTURA, ESPORTE E LAZER DE PAULO AFONSO.
16	CONSTRUÇÃO, RECUPERAÇÃO E REEQUIPAMENTO DE POSTO DE SAÚDE.
17	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABILIDADES DA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA
18	CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES E JARDINS.
19	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS URBANAS..
20	PAVIMENTAÇÃO E RECUPERAÇÃO EM PARALELEPÍEDO DE VIAS URBANAS..
21	CONSTRUÇÃO, DO MERCADO PÚBLICO DO BAIRRO TANCREDO NEVES.
22	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE CEMITÉRIOS.
23	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS.
24	CONSTRUÇÃO DE EXTENSÕES DE REDE ELÉTRICA, ZONA URBANA E RURAL.
25	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE RESERVATÓRIOS D"AGUA
26	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DA REDE DE ESGOTO MUNICIPAL.
27	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE CANAL EMISSÁRIO.
28	CONSTRUÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO.
29	DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS PARA EXECUÇÃO DE PROJETOS MUNICIPAIS.
30	REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO ADMINISTRATIVO..
31	RECUPERAÇÃO DE PRÉDIOS E INSTALAÇÕES MUNICIPAIS
32	AQUISIÇÃO DE CARROS PEQUENOS, CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PESADOS.